



Comitê Gestor Estadual de Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento a Acesso à Documentação Básica

ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO (GT) DOCUMENTAÇÃO

Local: Ministério Público – Av. Marechal Câmara, 350 – 6º andar – sala 6 – Centro – Rio de Janeiro

Data: 16/11/2017

Horário: 10:30h

Compareceram nesta reunião: Dra. Raquel Chrispino (TJRJ); Sra. Priscila Milhomen (ARPEN/RJ); Sra. Carolina Cruz (ARPEN/RJ); Sr. Bruno Andrade (TRE/RJ); José de Tárccio (TRE/RJ); Maria Cristina Werweck de Souza (TRE-RJ); Sra. Carolina Rique (Receita Federal); Sra. Claudia Cunha (SETRAB/RJ); Sra. Cristiane Santana (SMASDH); Livia Pereira Paschoal (COESUB/MPRJ); Tula Brasileiro (COESUB/MPRJ)

Item 1 – Apresentação dos participantes

Iniciada a reunião foi feita a apresentação dos participantes.

Item 2 – Planejamento para o ano de 2018

Dra. Raquel iniciou a reunião dizendo que o propósito da mesma seria fazer uma análise sobre o que foi feito no ano de 2017 e planejar o próximo ano. Ressaltou que, dentre todos os grupos de trabalho do Comitê, o Documentação é o que consegue pensar em estratégias mais macro, como a integração de banco de dados, o estabelecimento dos fluxos de trabalho, etc.

Lembrou ainda que, o Grupo em questão ainda não conseguiu a aproximação dos militares, como conseguiu com o TRE. Ela sugeriu que o TRE liste quais são as dificuldades enfrentadas para a emissão do título eleitoral que têm implicação com o alistamento militar com o intuito de fazer os militares entenderem que os temas debatidos no Grupo têm a ver com eles.

Tula questionou sobre a presença da Polícia Federal tendo em vista que é uma ação prevista na planilha, em razão do preso estrangeiro e do refugiado, mas que o

grupo ainda não conseguiu contato. E, que se não for possível chamar a Polícia Federal, seria bom pensar em algum trabalho em conjunto com o Comitê dos Refugiados. E, justificou dizendo que o MPRJ está recebendo demanda de presos estrangeiros, sem identificação civil.

Cristiane lembrou que há uma grande quantidade de filhos de refugiados nas escolas públicas e, que, as escolas têm entrado em contato com a Secretaria perguntando como será resolvida a questão da documentação civil, assim como a documentação escolar. Além dos refugiados que estão em abrigos sem documentação.

Dra. Raquel se comprometeu a estudar o tema e trazer o resultado para o grupo. Ela entende que há uma lacuna legislativa justamente porque a pauta entrou no Brasil através dos Direitos Humanos já que antes não havia demanda que justificasse tal previsão.

E, acrescentou dizendo que hoje há uma crise mundial de refugiados e que o Ministério das Relações Exteriores será afetado.

Informou ainda que, a Defensoria Pública da União tem participado das reuniões do GT Sistema Penitenciário justamente porque tem problemas de acesso a documentação dos presos estrangeiros.

Tula sugeriu que se convide o Sr. Fabrício que é advogado da Cáritas, pois acredita que ele possa contribuir. E, em um segundo momento, se convide a Polícia Federal.

Dra. Raquel disse que sua preocupação é que o tema afeta a Secretaria, afeta a Receita Federal, mas não afeta o TRE. Então, seria uma pauta que não interessa ao TRE.

Bruno lembrou que o TRE afeta a Polícia Federal já que para a emissão do passaporte é exigida a quitação eleitoral. E, explicou dizendo que tem um fluxo do Ministério da Justiça que afeta o TRE no que tange a questão da naturalização e do português equiparado.

Dra. Raquel questionou se a pauta do estrangeiro refugiado for trazida para o grupo, se haveria interesse do TRE.

Bruno respondeu que se a pauta abordar um dos tópicos mencionados anteriormente haverá interesse do TRE sim.

Dra. Raquel se comprometeu em verificar qual é a agenda do Comitê dos Refugiados para saber se é possível sua participação nas reuniões.

Tula destacou o item 2 do eixo, ação 32 da planilha de ações, que dispõe sobre a integração entre órgãos, que era o Programa Novo Cidadão nos hospitais estaduais que têm um Cartório e um posto do DETRAN com a perspectiva de se integrar os sistemas. E, questionou se esse tema continuará a ser tratado no GT Documentação ou se deverá ser levado para o GT Unidades Interligadas.

Dra. Raquel entende que o escopo dessa questão foi um pouco modificado com a lei dos ofícios de cidadania. Essa lei surpreendeu quando entendeu que como os Cartórios de RCPN têm uma capilaridade que a Receita Federal, a CTPS e a Carteira de Identidade não tem, eles podem, através de convênios federais ou estaduais, serem os grandes postos de emissão de documentação. Ela continuou dizendo que hoje são 176 Cartórios de RCPN no Estado do Rio de Janeiro, então seriam 176 postos de atendimento. E, por essa razão o Programa Novo Cidadão teria sido abrangido por essa questão que tem uma atuação macro.

Carolina Cruz informou que os Cartórios podem fazer parcerias com os órgãos interessados. E, lembrou que a ARPEN/Brasil já tem uma parceria com a Receita Federal, em que é possível a emissão do CPF no momento da emissão da Certidão de Nascimento e também a alteração do nome em razão do casamento.

Carolina Rique informou que em relação a inscrição para outras situações, será disponibilizada uma consulta para certificar se naquela base a pessoa já tem ou não o CPF, mas que ainda não está sendo feito em razão da falta de orçamento para a produção.

Carolina Cruz informou que há convênio do DETRAN/RJ com os Cartórios de Petrópolis, Sapucaia, Araruama, Niterói. E, que há a previsão de convênio com mais 10 Cartórios a partir de dezembro/2017. Explicou ainda que, a confecção da Carteira de Identidade continua com o DETRAN/RJ.

Encerrada a reunião, a próxima ficou agendada para o dia **22/02/2018**, às **10:30h**.